

**Caderno de Encargos*****"Aquisição de duas viaturas por Lotes"*****Capítulo I
Disposições gerais****Cláusula 1ª****Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré – contratual que tem por objeto a Aquisição de duas (2) viaturas, novas, por lotes, de acordo com o **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele é parte integrante.

2. O objeto do contrato é composto pelos seguintes Lotes:

- a) Lote 1 – Fornecimento de uma viatura ligeira de carga tipo furgão;
- b) Lote 2 – Fornecimento de uma viatura ligeira com caixa metálica, tração total (4x4);

3. Cada Lote é uno e indivisível não sendo adjudicada uma proposta que não indica valores para todos os artigos exigidos no respetivo Lote.

4. Os Lotes que integram o presente procedimento poderão ser adjudicados a um ou vários cocontratantes.

5. As eventuais referências a marcas, de materiais, de produtos, de equipamentos têm apenas função de definir características dos bens ou produtos, devendo entender-se como associadas ao termo "ou equivalente".

Cláusula 2ª**Contrato**

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, integrando ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Vimágua;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.

Cláusula 3ª**Ordem de prevalência dos documentos**

1. Em caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2. Verificando-se divergência entre o clausulado e os documentos referidos no número anterior, prevalecem esses documentos, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª**Preço Base**

O preço base do presente procedimento, fixado nos termos e para os efeitos do CCP, é de **78.416,72€** (setenta e oito mil quatrocentos e dezasseis euros e setenta e dois cêntimos) acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual, fixando-se, ainda, os seguintes preços base por lote:

- a) Lote 1 – Fornecimento de uma viatura ligeira de carga tipo furgão – 42.900,00€ (quarenta e dois mil e novecentos euros) acrescido do IVA;
- b) Lote 2 – Fornecimento de uma viatura ligeira com caixa metálica, tração total (4x4) – 35.516,72€ (trinta e cinco mil quinhentos e dezasseis euros e setenta e dois cêntimos) acrescido do IVA;

Cláusula 5.ª**Prazo**

- 1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega do bem à Vimágua em conformidade com os respetivos termos e condições de fornecimento, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
- 2. As Viaturas serão entregue nas instalações da Vimágua, no prazo indicado na proposta do cocontratante, até ao máximo de 90 (noventa) dias.
- 3. O prazo de entrega contar-se-á a partir da data de assinatura do contrato.

Cláusula 6.ª**Aceitação**

O simples silêncio da entidade adjudicante não significa nem expressa nem tácita aceitação dos serviços prestados, nem a renúncia a qualquer direito que lhe assista em resultado do cumprimento defeituoso ou incumprimento do contrato objeto do presente procedimento.

Cláusula 7.ª**Penalidades contratuais**

- 1. No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato por parte do cocontratante, poderá a Vimágua interpelar o cocontratante para cumprir pontualmente as obrigações contratadas, quando tal ainda seja possível e se mantenha o interesse do credor na prestação, devendo nesse caso o cocontratante dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que a Vimágua sofra na sequência de tais atos.
- 2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior deverá o cocontratante cumprir imediatamente e de forma integral e satisfatória a obrigação em falta.
- 3. Independentemente desse cumprimento tardio e do correspondente dever de indemnizar por parte do cocontratante, poderá a entidade adjudicante automaticamente e com dispensa de quaisquer formalidades, exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação dos serviços objeto do contrato, 1% do preço contratual por cada dia de atraso.
- 4. A penalização a que se refere o número anterior pode ser aplicada em alternativa com outras indicadas pelo concorrente na sua proposta e que venham a ser aceites pela entidade adjudicante.
- 5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Vimágua pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 15% do preço contratual.



6. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º2, relativamente aos incumprimentos que tenham determinado a respetiva resolução.
7. A Vimágua pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Vimágua exija uma indemnização pelo dano excedente.
9. O eventual incumprimento das demais obrigações contratuais por parte do cocontratante confere à Vimágua a faculdade de rescindir de imediato o contrato, nos termos da cláusula que estabelece os termos da resolução por parte da Vimágua, com o consequente acionamento das garantias nesse prestadas.

Cláusula 8ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.



Cláusula 9ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Vimágua venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 10ª

Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes aos serviços por si prestados, designadamente, os danos causados a terceiros ou à Vimágua pelo exercício da sua atividade ou decorrente de ação ou omissão dos seus funcionários ou dos equipamentos por si utilizados.
2. A Vimágua pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração de contratos de seguro que cubram os riscos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 11ª

Resolução por parte da Vimágua

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Vimágua pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo incumprimento de qualquer das obrigações enunciadas na cláusula 12ª deste Caderno de Encargos, por período igual ou superior a 7 dias úteis.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

Cláusula 12ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quanto qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias, excluindo juros.
2. No caso previsto no número anterior o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Vimágua, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Cláusula 13ª

Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
 - a) Obrigação de entregar à Vimágua as viaturas objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos;

- b) Obrigação de garantia das viaturas;
- c) Obrigação de manter a Vimágua permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas nas viaturas pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções e manuais de peças que permitam a sua fácil e rápida identificação;
- d) Obrigação de proporcionar cursos de formação aos condutores da Vimágua que utilizarão os equipamentos;
- e) Obrigação de cumprir as condições fixadas para o fornecimento, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- f) Obrigação de executar do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *Know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- g) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- h) Obrigação de comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Vimágua, de facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Vimágua;
- i) Obrigação de não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- j) Obrigação de não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem a prévia autorização da Vimágua;
- k) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- l) Obrigação de possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- m) Obrigação de disponibilizar a informação relevante para a gestão do contrato.

2. Os bens a fornecer estão especificados no Anexo I, devendo ter-se em atenção que uma eventual referência a marcas deve ser entendida como mera referência, podendo os concorrentes apresentar outras marcas para o mesmo tipo e qualidade idêntica de produtos.

Cláusula 14ª

Entrega do bem objeto do contrato

1. O cocontratante obriga-se a entregar nas instalações da Vimágua, sitas na Rua Rei do Pegú, n.º 172, União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, 4810-025 Guimarães, as viaturas objeto do contrato.
2. As viaturas objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizadas para o fim a que se destinam e dotadas de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega das viaturas, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, designadamente:
 - a) Catálogo elucidativo sobre o funcionamento e manutenção;
 - b) Nomenclatura do equipamento e acessórios;

- c) Manuais de operador e de oficinas, devendo este último conter informação detalhada sobre a montagem e afinação de todos os órgãos fulcrais, idênticos aos utilizados nas oficinas do adjudicatário;
- d) Micro-fichas, CD's e/ou manuais, com vista explodida das peças e órgãos da viatura;

4. Todas as despesas e custos com o transporte das viaturas objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do cocontratante.

Cláusula 15ª

Receção da viatura

1. As viaturas fornecidas devem estar em conformidade com as especificações técnicas constantes da proposta, reservando-se a Vimágua o direito de proceder às verificações convenientes no prazo de quinze (15) dias a contar da data da entrega, considerando-se este período como o de aceitação provisória.
2. No período de aceitação provisória, a viatura, respetivas peças, acessórios e equipamentos, com defeito de fabrico devem ser substituídos dentro de um prazo não superior a quinze (15) dias a contar da data da comunicação da Vimágua.
3. Todos os encargos com substituições, devoluções ou rejeições são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
4. A Vimágua assume a aceitação definitiva da viatura quando se verificaram cumulativamente as seguintes circunstâncias:
 - a) Ter expirado o período de aceitação provisória;
 - b) A viatura e respetivas peças, acessórios e equipamento não terem apresentado qualquer anomalia;
 - c) Ter recebida a documentação técnica referida no presente Caderno de Encargos.
5. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo fixado, a Vimágua procede à realização de nova verificação.

Cláusula 16ª

Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Vimágua e restantes intervenientes nos procedimentos, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo perdura durante o período de execução do contrato e após a cessação, por qualquer forma ou motivo, do mesmo.

Cláusula 17ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O cocontratante obriga-se a entregar à Vimágua os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4. O cocontratante é responsável perante a Vimágua por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens são entregues.

Cláusula 18ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de as inspeções realizadas nos termos da cláusula anterior não comprovarem a total conformidade do fornecimento contratado com as exigências do Caderno de Encargos e da proposta adjudicada, a Vimágua deve disso informar, por escrito o cocontratante.

2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, a expensas suas e no prazo razoável que for determinado pela Vimágua, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo fixado, a Vimágua procede à realização de nova verificação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 19.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de **dois anos** contados da data da receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no referido anexo I do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o cocontratante para efeitos da respetiva reparação ou substituição.

3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 20ª

Gestor do Contrato

1. O acompanhamento da execução do contrato pela Vimágua é assegurado através do Gestor do Contrato a designar para o efeito, o qual exercerá as competências previstas no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos e, bem assim, todas as que para esse efeito lhe forem delegadas, desde que notificadas à contraparte, para conhecimento desta.

2. Para o efeito previsto no número anterior, o Gestor do Contrato é o interlocutor privilegiado da Vimágua em todas as comunicações que devam ser trocadas entre as partes no quadro da execução do contrato.

3. A Vimágua pode, a seu critério e a todo o tempo, proceder à substituição do Gestor do Contrato, sendo esta válida por mera notificação à contraparte, sem necessidade de se proceder formalmente à alteração do contrato.

4. No caso previsto no número anterior, as competências eventualmente delegadas pela Vimágua no Gestor do contrato, consideram-se automaticamente reconduzidas no substituto, sem necessidade de nova comunicação.



Cláusula 21ª

Preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Vimágua pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com os serviços efetivamente prestados.
2. O preço contratual não engloba quaisquer impostos legalmente exigíveis e diretamente cobrados ou a cobrar pelo uso da viatura, os quais serão objeto de nota de débito individualizada.
3. O preço referido na presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de matérias bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 22ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta dias) a partir da data da apresentação da respetiva fatura, a qual só deve ser emitida após a prestação que titula.
2. Sempre que a entidade adjudicante não concorde com os valores indicados na fatura deve comunicar por escrito as razões dessa discordância, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária, desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1.

Cláusula 23ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 24ª

Proteção de dados pessoais

1. O cocontratante e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Constituem obrigações do cocontratante, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais da entidade adjudicante, para tratamento dos dados pessoais;

- c) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente, a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.
- f) Disponibilizar à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- g) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante ou decorrente de obrigação legal;
- h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometam, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
- j) Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos de titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

3. O cocontratante notifica a entidade adjudicante de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.

4. Para o efeito, o cocontratante deve anexar toda a informação relevante, designadamente, a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

5. Finda a vigência do contrato, o cocontratante tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à entidade adjudicante, consoante a opção definida pelo gestor do contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes

Capítulo III Disposições finais

Cláusula 25ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior, no caso de cessão da posição contratual do cocontratante, deve:



- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao cocontratante no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 26ª**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração ao clausulado deve ser comunicada à outra parte e reduzida a escrito, sem o que não produz qualquer efeito.

Cláusula 29ª**Contagem dos prazos**

Salvo os casos devidamente excecionados, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27ª**Legislação aplicável e foro competente**

1. Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote 1

Viatura ligeira de Carga, tipo Furgão:

Características Gerais:

- 2 ou mais lugares;
- Caixa de carga ampla;
- Divisória metálica;
- Portas traseiras a toda altura de abertura a 90º e superior a 180º;
- Portas laterais de correr;
- Barras de tejadilho para carga;
- Escada para acesso ao tejadilho;
- Cor - Branca;
- Combustível – Gasóleo ou Gasolina;
- De acordo com a Norma Anti-poluição Euro VI.

Motor:

- Cilindrada – entre 1.900 e 2.500 cc;
- Potência máxima – superior a 160 cv DIN;

Transmissão:

- Embraiagem -Monodisco seco;
- Caixa de velocidades – mínimo 6 + MA;
- Tração dianteira.

Suspensão:

- Frente: Molas helicoidais e amortecedores hidráulicos telescópicos e barra estabilizadora;
- Traseira: Eixo rígido com molas de lâminas.

[Handwritten signatures]

Travões:

- Frente: Travões de discos ventilados;
- Traseira: Travões de discos cheios ou ventilados ou de tambor.

Dimensões:

- Distancia entre eixos – igual ou superior a 3600mm;
- Comprimento exterior – igual ou inferior a 6000mm;
- Altura exterior – igual ou inferior a 2700mm;
- Largura exterior – igual ou inferior a 2200mm.

Dimensões do comprimento de carga (interior):

- Comprimento – igual ou superior a 3200 mm;
- Largura – igual ou superior a 1300mm;
- Altura – igual ou superior a 1900mm.

Pesos:

- Peso bruto – igual ou inferior a 3500 Kg;
- Capacidade de carga – igual ou superior a 1100 Kg.

Opções:

- Coluna de direção regulável em altura e profundidade;
- Direção assistida;
- Ar condicionado;
- Fecho central de portas, com comando;
- Air bag de condutor e passageiro;
- Iluminação interior;
- Sensores de estacionamento traseiros.

Lote 2

Viatura ligeira com caixa metálica, tração total (4x4):

Características Gerais:

- 2 ou mais lugares;
- Caixa de carga metálica;
- Cor - Branca;
- Combustível – Gasóleo ou Gasolina;
- De acordo com a Norma Anti-poluição Euro VI.

Motor:

- Cilindrada – entre 1.800 e 2.400 cc;
- Potência máxima – superior ou igual a 150 cv DIN;
- Binário máximo – superior a 350 Nm.

Transmissão:

- Caixa de velocidades – mínimo 6 + MA;
- Tração total 4WD (4x4).

Suspensão:

- Frente: Molas helicoidais e amortecedores hidráulicos telescópicos e barra estabilizadora;
- Traseira: Eixo rígido com molas.

Travões:

- Frente: Travões de discos ventilados;
- Traseira: Travões de discos cheios ou ventilados ou de tambor.

Dimensões:

- Distancia entre eixos – igual ou superior a 3000mm;
- Comprimento exterior – igual ou superior a 5200mm;
- Altura exterior – igual ou inferior a 2000mm;

- Largura exterior – igual ou inferior a 2000mm.

Pesos:

- Peso bruto – igual ou inferior a 3500 Kg;
- Capacidade de carga – igual ou superior a 1000 Kg.

Opções:

- Coluna de direção regulável em altura e profundidade;
- Direção assistida;
- Ar condicionado;
- Fecho central de portas, com comando;
- Air bag de condutor;
- Sensores de estacionamento traseiros.



Lista de Quantidades:

Lote 1

DESIGNAÇÃO		Unidades	Quantidades
1.	Viatura ligeira de carga tipo furgão, conforme constante das especificações técnicas, ANEXO I..	Un	1

Lote 2

DESIGNAÇÃO		Unidades	Quantidades
1.	Viatura ligeira com caixa metálica, tração total (4x4), conforme constante das especificações técnicas, ANEXO I..	Un	1